

INTRODUÇÃO

O Grupo +60 debateu e aprovou um Caderno Reivindicativo atualizado das reivindicações (*) que devem orientar o BE na defesa das e dos seniores.

Representando cerca de ¼ da população do país, milhares de idosas e de idosos enfrentam pensões abaixo do limiar da pobreza. Apesar disso, são, entre as famílias com mais dificuldades, apoio a filhos e netos, a braços com trabalhos precários e mal pagos.

Não podemos nós, enquanto militantes do BE, deixar de reivindicar para esta camada crescente da população, condições mínimas de dignidade.

Esta situação tornou-se mais difícil ainda com a crise social instalada devido à pandemia, provocada pelo desemprego e pelo *lay off*. É preciso acudir aos filhos e netos frequentemente com os seus fracos recursos, incluindo a partilha da habitação.

Por outro lado, a crise sanitária abateu-se sobre os idosos, provocando cerca de 5000 óbitos e revelou a situação deplorável desta população nos lares. O Estado demitiu-se das suas responsabilidades na função de assegurar as condições aos mais idosos e idosas de uma velhice com dignidade, deixando essa tarefa a privados e a IPSS, a quem financia mas que não fiscaliza devidamente. E isto sem falar nas condições dos lares ilegais onde estão os reformados mais pobres.

Temos de recordar que a população sénior construiu este país e cuidou das gerações seguintes. Muitos deles e delas passaram anos em privação das liberdades, sem direito a assistência na saúde, a habitação e a educação. Quem tem hoje 70, 80 ou 90 anos viveu largos anos em regime fascista em que esses direitos eram negados. E quantos desses e dessas vos poderão contar que passaram fome durante largos períodos da sua vida...

O objetivo da publicação deste Caderno é divulgar as reivindicações que reputamos mínimas para esta faixa da população, permitindo a sua utilização e adaptação ao nosso trabalho político entre os seniores.

Pelo Grupo +60

A Coordenação

Isabel Ventura

António Baião Costa

COM O BLOCO DE ESQUERDA, OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS CONTINUARÃO A LUTAR POR:

REFORMA / PENSÕES

- Reposição do valor das pensões à data da reforma;
- Atualização extraordinária das pensões de reforma para recuperação do poder de compra perdido com os vários anos de congelamento;
- Convergência progressiva das pensões mínimas para valor equivalente ao Salário Mínimo Nacional;
- Direito à reforma com 40 anos de descontos ou 65 anos de idade sem penalizações;
- Eliminação do corte resultante do fator de sustentabilidade nas reformas a atribuir e nas já atribuídas. Trata-se de um duplo corte, dado que as pessoas já têm a penalização por cada mês que lhes falta para a idade legal da reforma;
- Redução personalizada da idade da reforma. Por cada ano acima dos 40 anos de descontos, os trabalhadores e as trabalhadoras devem ter um ano de redução na idade legal de reforma, fazendo o caminho para que seja possível reconhecer a reforma completa aos 40 anos de descontos;
- Criação de um complemento extraordinário para compensar pensionistas com longas carreiras contributivas, mas que não puderam aceder às novas regras criadas, e que estão condenados até ao fim da vida a ficarem nas suas pensões com os cortes do PSD e do CDS;
- Disponibilização do Recibos das Pensões para os beneficiários da Caixa Nacional de Pensões;
- Diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social.

IRS

- Alteração da dedução específica do IRS, nomeadamente passar para 14 x IAS;
- Substituir a atual tabela de retenções na fonte do IRS de forma a coincidir com o valor aproximado do imposto a pagar;
- Dedução de despesas, em sede de IRS, associadas a várias prestações;
- Aumento da dedução de despesas de saúde, em sede de IRS, para doentes crónicos, próteses dentárias, oftalmologia e tratamentos de fisioterapia;
- Introduzir dois novos escalões da tabela de IRS, regressando assim aos oito escalões pré-troika, de forma a aumentar a progressividade e aliviar a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho.

PRESTAÇÕES SOCIAIS

- Alargamento do acesso ao Complemento Solidário para Idosos, alterando os valores do cálculo do rendimento anual máximo para o requerer, passando o CSI a ser calculado a partir do valor do IAS x 14 meses e considerar apenas e exclusivamente o rendimento do/da requerente/casal;
- O Complemento por Dependência não seja considerado para efeitos de IRS;
- Aumento do subsídio por morte e garantia de pagamento dos duodécimos correspondentes aos subsídios de férias e Natal no ano do falecimento do/a beneficiário/a e que seja igual para todos/as.

SAÚDE

- Fim de todas as taxas moderadoras no SNS;
- Reforço do Estatuto do Cuidador/a Informal, revendo a portaria de 2020, nomeadamente a condição de recursos para cuidador/a principal ter em conta os rendimentos de todo o agregado familiar e ser condição de atribuição da prestação ser familiar;
- Reforço da Rede Nacional de Cuidados Continuados, nas vertentes de internamento e domiciliária;
- Garantia de médico de família e/ou assistente para reformados/as e/ou maiores de 65 anos;
- Na ausência de médico de família para todos/as, prioridade aos aposentados e pensionistas e/ou maiores de 65 anos e às pessoas com doenças crónicas na constituição das listas de utentes das USFS. Na falta de médicos, que seja atribuído um enfermeiro/a de referência;
- Alargamento dos horários de atendimento nos Centros de Saúde e USFS, garantindo maior proximidade e contribuindo para um atendimento mais adequado nos serviços de urgência;
- Garantia de linhas diretas de telefone nas unidades de saúde vocacionadas para os idosos/as e atendidas por técnicos de saúde;
- Generalização de um serviço público de apoio domiciliário de saúde;
- Aumento da comparticipação do Estado na aquisição, por parte de pensionistas e aposentados e/ou maiores de 65 anos, de aparelhos auditivos, próteses várias e tratamentos de fisioterapia;
- Disponibilização de consultas das principais especialidades nos Centros de Saúde;
- Garantia de transporte gratuito para seniores mais carenciados ou sozinhos nas deslocações para tratamentos de saúde.

CONTEXTO DE PANDEMIA

- Requisição pública de clínicas, hospitais privados e hotéis que fecharam para apoiar nas respostas aos lares, em caso de infeção;
- Utilização obrigatória do uso de máscaras para funcionári@s, utentes e visitas;
- Que todos os/as trabalhadoras /as nestes espaços tenham acesso aos EPI's recomendados, ao cumprimento das regras sanitárias divulgadas e tenham, ainda, a garantia de pagamento de subsídio de salubridade e risco bem como de pagamento de horas extraordinárias;
- Distribuição intensiva e gratuita de máscaras à população sénior e/ou com morbilidades associadas consideradas, portanto, como grupo de maior risco.

HABITAÇÃO

- Atribuição de subsídio de renda para situações de carência financeira para reformad@s e pensionistas e estabelecimento de tetos para rendas;
- Disponibilização de património público para programas de habitação;
- Suspensão imediata das ações de despejo para reformad@s e pensionistas, independentemente dos anos em que tenha residido na habitação;
- Alteração da Lei de Bases da Habitação para que proteja quem mais precisa;
- Programa para adaptação de casas para mobilidade condicionada;
- Programa de reabilitação com vista a melhorar a eficiência energética.

TRANSPORTES / MOBILIDADE

- Gratuitidade nos transportes públicos para reformad@s e/ou maiores de 65 anos em todo o país;
- Alargamento dos passes sociais (urbanos e intermodais), com as mesmas condições, a todas as pessoas reformadas, pensionistas e/ou maiores de 65 anos;
- Transportes inclusivos adaptados.

AUTARQUIAS

- Criação de Gabinetes de Apoio aos Seniores, nomeadamente no apoio a aplicações informática (Segurança Social Direta, e-fatura, Portela das finanças entre outras), em todas as freguesias e uniões de freguesias;
- Criação um serviço de pequenas reparações domésticas (canalizações, instalações elétricas, janelas, etc.). a fim de reduzir os acidentes domésticos e contribuir para a poupança de água e de eletricidade;
- Sinalização adequada nas zonas habitacionais garantindo maior segurança aos idosos e/ou portadores de incapacidade física;

- Em articulação com as autarquias, a adoção de medidas que permitam melhorar a mobilidade e o apoio domiciliário, incluindo serviços de saúde, combatendo o isolamento social dos idosos;
- Sejam assegurados pelas autoridades autárquicas equipamentos urbanos que facilitem a circulação e a sociabilização dos idosos e/ou portadores de deficiência como, por exemplo, a construção de passeios nivelados e planos rebaixados nas zebras, jardins, bancos, zonas cobertas para convívio e equipamentos de exercícios adaptados a seniores e a portadores de deficiência;
- Apoio na Limpeza dos Terrenos, no caso de os proprietários não terem condições físicas ou não disporem de recursos económicos.

LARES E APOIO DOMICILIÁRIO

- Debate público sobre modelos públicos alternativos aos lares;
- Fiscalização rigorosa dos lares, centro dia e serviços de apoio domiciliária, de acordo com a legislação que permita uma intervenção corretiva imediata;
- Criação de uma Rede Pública de Apoio ao Idos@, incluindo Estruturas Residenciais para Idos@s e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e de Centros de Proximidade, em parceria entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Ministério da Saúde e Autarquias;
- O investimento na formação de profissionais para o desempenho destas funções.

SERVIÇOS DIVERSOS

- Que o gás seja considerado um bem de primeira necessidade, com a respetiva redução do custo do gás de botija e do gás canalizado passando o IVA de 23 % para 6%;
- Abolição de comissões bancárias da Caixa Geral de Depósitos para quem recebe a sua pensão no banco do estado;
- Generalização a todo o território nacional da atribuição automática da tarifa social da água e resíduos;
- Generalização a todo o território nacional da garantia de acesso à tarifa social automatizada de Internet;
- Criação de um balcão de apoio aos segurados seniores no Instituto de Seguros de Portugal nas situações de divergências entre as companhias e os clientes;
- Reforço do Fundo de Emergência Social (FES), que atenda a necessidades dos idosos em despesas prementes que não possam pagar nas áreas da saúde, da habitação ou outras.

CULTURA e LAZER

- Criação de legislação que garanta um desconto de 50% a aposentados e pensionistas e/ou maiores de 65 anos na entrada em todos os espaços culturais geridos pela administração central, regional ou local e por empresas públicas ou municipais;
- Que sejam mobilizados os saberes dos seniores, identificados como figuras de referência nas diversas áreas, para enriquecimento de projetos locais sejam culturais, recreativos ou educativos, como as bibliotecas municipais e os teatros;
- Garantir através das autarquias acesso as universidades seniores a utentes de rendimentos baixos.

() Pontos discutidos e aprovados em reuniões do Grupo +60 nos dias 9 de junho e 14 de julho de 2020*

Reunião e documentos base:

- *Reunião para atualização do caderno reivindicativo do Grupo +60 com deputados - 05/05/2020*
- *Manifesto Grupo +60 – Setembro 2018 (3ª edição – revista)*
- *Panfleto do Grupo +60 – Fevereiro 2019*
- *Bloco de Esquerda - Programa Eleitoral 2019-2023*